



Número: **0601401-49.2018.6.00.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Corregedor Geral Eleitoral Ministro Luis Felipe Salomão**

Última distribuição : **06/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cargo - Presidente da República, Cargo - Vice-Presidente da República, Abuso - De Poder Político/Autoridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA (AUTOR)	DAVID GRUNBAUM AMBROGI (ADVOGADO) NADJA GLEIDE SA DAS NEVES (ADVOGADO) ANTONIO PEDRO MACHADO (ADVOGADO) RENATA CARVALHO DERZIE LUZ (ADVOGADO) THAISSA RODRIGUES ALMEIDA (ADVOGADO) JESSICA WIEDTHEUPER (ADVOGADO) CAROLINA ARAUJO DE ANDRADE (ADVOGADO) DANIEL AYRES KALUME REIS (ADVOGADO) SIDNEY SA DAS NEVES (ADVOGADO) THIAGO FERNANDES BOVERIO (ADVOGADO) SAULO MALCHER AVILA (ADVOGADO) RAFAEL MOREIRA MOTA (ADVOGADO)
COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL (REDE/PV) (AUTOR)	DAVID GRUNBAUM AMBROGI (ADVOGADO) NADJA GLEIDE SA DAS NEVES (ADVOGADO) ANTONIO PEDRO MACHADO (ADVOGADO) RENATA CARVALHO DERZIE LUZ (ADVOGADO) THAISSA RODRIGUES ALMEIDA (ADVOGADO) JESSICA WIEDTHEUPER (ADVOGADO) CAROLINA ARAUJO DE ANDRADE (ADVOGADO) DANIEL AYRES KALUME REIS (ADVOGADO) SIDNEY SA DAS NEVES (ADVOGADO) THIAGO FERNANDES BOVERIO (ADVOGADO) SAULO MALCHER AVILA (ADVOGADO) RAFAEL MOREIRA MOTA (ADVOGADO)
JAIR MESSIAS BOLSONARO (REU)	KARINA DE PAULA KUFA (ADVOGADO)
ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURAO (REU)	KARINA RODRIGUES FIDELIX DA CRUZ (ADVOGADO)
EDUARDO NANTES BOLSONARO (REU)	KARINA DE PAULA KUFA (ADVOGADO)
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13588 2538	24/05/2021 13:21	Intimação	Intimação

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601369-44.2018.6.00.0000
(PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

REPRESENTANTE: GUILHERME CASTRO BOULOS

ADVOGADO : ANDRÉ BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI (DF029498)

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL (PSOL/PCB)

ADVOGADO : ANDRÉ BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI (DF029498)

ADVOGADO : ÁLVARO BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI (DF18391)

ADVOGADO : ALBERTO BRANDÃO HENRIQUES MAIMONI (DF21144)

ADVOGADO : AFONSO HENRIQUES MAIMONI (SP67793)

REPRESENTADO : JAIR MESSIAS BOLSONARO

ADVOGADA : KARINA DE PAULA KUFA (SP245404)

REPRESENTADO : ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

ADVOGADA : KARINA RODRIGUES FIDELIX DA CRUZ (SP273260)

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601401-49.2018.6.00.0000
(PJE) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

REPRESENTANTE: MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA

ADVOGADO : RAFAEL MOREIRA MOTA (DF17162)

ADVOGADO : SAULO MALCHER ÁVILA (DF52190)

ADVOGADO : THIAGO FERNANDES BOVERIO (DF022432)

ADVOGADO : SIDNEY SÁ DAS NEVES (DF3368300)

ADVOGADO : DANIEL AYRES KALUME REIS (DF17107)

ADVOGADA : CAROLINA ARAÚJO DE ANDRADE (DF41524)

ADVOGADA : JESSICA WIEDTHEUPER (DF50669)

ADVOGADA : THAISSA RODRIGUES ALMEIDA (DF52889)

ADVOGADA : RENATA CARVALHO DERZIÉ LUZ (DF55477)

ADVOGADO : ANTÔNIO PEDRO MACHADO (DF5290800A)

ADVOGADA : NADJA GLEIDE SÁ DAS NEVES (BA4577900)

ADVOGADO : DAVID GRUNBAUM AMBROGI (DF25055)

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO UNIDOS PARA TRANSFORMAR O BRASIL (REDE/PV)

ADVOGADO : RAFAEL MOREIRA MOTA (DF17162)

ADVOGADO : SAULO MALCHER ÁVILA (DF52190)

ADVOGADO : THIAGO FERNANDES BOVERIO (DF022432)

ADVOGADO : SIDNEY SÁ DAS NEVES (DF3368300)

ADVOGADO : DANIEL AYRES KALUME REIS (DF17107)

ADVOGADA : CAROLINA ARAÚJO DE ANDRADE (DF41524)

ADVOGADA : JESSICA WIEDTHEUPER (DF50669)

ADVOGADA : THAISSA RODRIGUES ALMEIDA (DF52889)

ADVOGADA : RENATA CARVALHO DERZIÉ LUZ (DF55477)

ADVOGADO : ANTÔNIO PEDRO MACHADO (DF5290800A)

ADVOGADA : NADJA GLEIDE SÁ DAS NEVES (BA4577900)

ADVOGADO : DAVID GRUNBAUM AMBROGI (DF25055)

REPRESENTADO : JAIR MESSIAS BOLSONARO

ADVOGADA : KARINA DE PAULA KUFA (SP245404)

REPRESENTADO : ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

ADVOGADA : KARINA RODRIGUES FIDELIX DA CRUZ (SP273260)

REPRESENTADO : EDUARDO NANTES BOLSONARO

ADVOGADA : KARINA DE PAULA KUFA (SP245404)

DECISÃO

1- Na sessão de julgamento conjunto das AIJEs n^{os} 0601369-44 e 0601401-49, em 30.6.2020, o Tribunal, por maioria, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, acolheu a preliminar de cerceamento de defesa e determinou a reabertura da instrução com vistas à produção de prova pericial, a fim de esclarecer a suposta invasão do perfil da rede social *Facebook* denominado “Mulheres unidas contra Bolsonaro” e identificar os autores da conduta abusiva perpetrada.

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral não estabeleceu qualquer limitação ou direcionamento para a prova técnica a ser produzida, assentando apenas a possibilidade e a necessidade da prova pericial nos presentes autos, como elemento indispensável à pretensão dos investigadores de demonstrar a existência de vínculo, objetivo ou subjetivo, entre o perpetrador da conduta que ora se rotula abusiva e os investigados (ID 30025838).

Após a indicação de quesitos e assistentes técnicos pelas partes, e reiniciada a fase instrutória, o Serviço de Perícias em Informática da Polícia Federal (SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF), mediante a Informação Técnica n^o 064/2021-INC/DITEC/PF (ID 133930038), em atendimento à determinação exarada nas ações em epígrafe (ID 61746588), esclareceu que as diligências necessárias ao exame pericial ordenado demandariam autorização judicial, vez que se pretende a identificação de endereços IP e de usuários junto a Provedores de Internet e Operadoras de Telefonia.

Informou que, para produção da prova, seria imprescindível a requisição “por autoridade policial [d]a preservação dos registros mantidos pelo *Facebook*, *Twitter*, Operadoras de Telefonia e *Hotmail*, sem prejuízo de outros dados que julgar necessários, com base nas informações constantes em ambas as AIJEs”. Na sequência, especificou as providências que o Instituto Nacional de Criminalística necessita sejam determinadas, de início, às empresas *Facebook*, *Twitter*, *Oi*, *Hotmail* e *Vivo*.

Acrescentou que, após o exame desse primeiro material, também serão imperiosas outras quebras de sigilo junto às operadoras de telefonia, a fim de que se proceda à identificação dos usuários reais dos IPs identificados pelos peritos.

Ao fim, informou que, tão logo o material solicitado seja apreendido e encaminhado ao Instituto Nacional de Criminalística, serão designados Peritos Criminais para realização das análises requeridas.

A chefe do SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF informou que até o momento não foram encaminhados quaisquer outros registros de operadoras de Internet a fim de auxiliar o trabalhos dos experts (ID 133929038).

2- Incumbe a este Corregedor fazer cumprir aquilo que o Colegiado determinou, cuidando apenas para que sejam empregados os meios necessários, céleres e adequados e proporcionais à produção da prova pericial.

Nesse sentido, observo que as diligências apontadas pela perícia criminal federal demandam quebra de sigilos.

A respeito do tema, a jurisprudência não só deste Colegiado, como também do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que o afastamento de qualquer tipo de sigilo requer, inexoravelmente, fundamentos idôneos, pertinência temática, limitação temporal e absoluta imprescindibilidade da medida, além da inexistência de outros meios de obtenção da prova.

Confira-se os seguintes julgados da Suprema Corte:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CONCRETA DE CAUSA PROVÁVEL - NULIDADE DA DELIBERAÇÃO PARLAMENTAR - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. A QUEBRA DE SIGILO NÃO PODE SER UTILIZADA COMO INSTRUMENTO DE DEVISSA INDISCRIMINADA, SOB PENA DE OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INTIMIDADE. - A quebra de sigilo, para legitimar-se em face do sistema jurídico-constitucional brasileiro, necessita apoiar-se em decisão revestida de fundamentação adequada, que encontre apoio concreto em suporte fático idôneo, sob pena de invalidade do ato estatal que a decreta. A ruptura da esfera de intimidade de qualquer pessoa - quando ausente a hipótese configuradora de causa provável - revela-se incompatível com o modelo consagrado na Constituição da República, pois a quebra de sigilo não pode ser manipulada, de modo arbitrário, pelo Poder Público ou por seus agentes. Não fosse assim, a quebra de sigilo converter-se-ia, ilegitimamente, em instrumento de busca generalizada, que daria, ao Estado - não obstante a ausência de quaisquer indícios concretos - o poder de vasculhar registros sigilosos alheios, em ordem a viabilizar, mediante a ilícita utilização do procedimento de devassa indiscriminada (que nem mesmo o Judiciário pode ordenar), o acesso a dado supostamente impregnado de relevo jurídico-probatório, em função dos elementos informativos que viessem a ser eventualmente descobertos. A FUNDAMENTAÇÃO DA QUEBRA DE SIGILO HÁ DE SER CONTEMPORÂNEA À PRÓPRIA DELIBERAÇÃO LEGISLATIVA QUE A DECRETA. - A exigência de motivação - que há de ser contemporânea ao ato da Comissão Parlamentar de Inquérito que ordena a quebra de sigilo - qualifica-se como pressuposto de validade jurídica da própria deliberação emanada desse órgão de investigação legislativa, não podendo ser por este suprida, em momento ulterior, quando da prestação de informações em sede mandamental. Precedentes.

(MS nº 23.851/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 21.6.2002) (grifamos)

INQUÉRITO - DILIGÊNCIA - EXTENSÃO. O deferimento de diligência requerida pelo Ministério Público há de fazer-se em sintonia com as balizas subjetivas e objetivas da investigação em curso, descabendo providências que extravasam o campo da razoabilidade, como, por exemplo, a *quebra de sigilo* bancário generalizada.”

(AgR-INQ nº 2206/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Marco Aurélio, DJ de 2.2.2007)

PENAL. AFASTAMENTO DOS SIGILOS FISCAL E BANCÁRIO. REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DE OBTENÇÃO DA PROVA POR

OUTROS MEIOS E LIMITAÇÃO TEMPORAL DA QUEBRA. INDÍCIOS APRESENTADOS PELA AUTORIDADE POLICIAL E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE DEMONSTRAM POSSÍVEL PAGAMENTO DE VANTAGEM INDEVIDA A PARLAMENTAR. LEGITIMIDADE DA DECRETAÇÃO. 1. **Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autorização do afastamento dos sigilos fiscal e bancário deverá indicar, mediante fundamentos idôneos, a pertinência temática, a necessidade da medida, “que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova” e “existência de limitação temporal do objeto da medida, enquanto predeterminação formal do período”** (MS 25812 MC, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, publicado em DJ 23-2-2006). 2. No caso, o pedido de afastamento dos sigilos fiscal e bancário encontra-se embasado, em síntese, em declarações feitas no âmbito de colaboração premiada, em depoimento prestado por pessoa supostamente envolvida nos fatos investigados e em relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Os elementos até então colhidos indicavam possível pagamento de vantagem indevida a parlamentar em troca de influência supostamente exercida no âmbito da Petrobras, mostrando-se necessária e pertinente a decretação da medida postulada para que fossem esclarecidos os fatos investigados. Solicitação que, ademais, estava circunscrita a pessoas físicas em tese vinculadas aos fatos investigados, com CPF definidos, e limitavam-se a lapso temporal correspondente ao tempo em que teriam ocorridos os supostos repasses. 3. Agravos regimentais a que se nega provimento.

(AC-AgR nº 3.872/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Teori Zavascki, DJe de 12.11.2015) (grifamos)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA, FALSIFICAÇÃO DOCUMENTAL. ABUSO DE AUTORIDADE. **DECISÃO JUDICIAL DE QUEBRA DE SIGILO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.**

(ED-AgR-HC nº 179847/PR, Segunda Turma, Relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe de 4.6.2020) (grifamos)

Em semelhante sentido: AI-AgR nº 856.552/BA, Primeira Turma, Relator Ministro Roberto Barroso, DJe de 25.3.2014; HC nº 96.056/PE, Segunda Turma, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe de 7.5.2012; MS nº 24.817/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Celso de Mello, DJe de 5.11.2009; AI-AgR nº 655.298/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Eros Grau, DJe de 27.9.2007; HC nº 84.758/GO, Tribunal Pleno, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 16.6.2006; e MS nº 24.217/DF, Tribunal Pleno, Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ de 18.10.2002.

No âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, confira-se o REspEl nº 6368, Relator Ministro Tarcísio Vieira De Carvalho Neto, DJe de 2.10.2018, a PET nº 73170, Relatora Ministra Luciana Lóssio, DJe de 27.11.2012 e o RMS nº 583, Relator Ministro Marcelo Ribeiro, DJe de 24.3.2010.

Na hipótese, entendo encontrarem-se preenchidos os requisitos imperiosos ao afastamento dos sigilos indicados.

O perito criminal federal especificou detalhadamente as diligências necessárias, justificando sua necessidade e utilidade, não havendo falar em generalidade ou ausência de fundamentos técnicos para a decretação das medidas, nem tampouco em ausência de pertinência temática.

Por sua vez, as diligências pleiteadas, bem como os indivíduos e empresas por elas alcançados, guardam estreita correlação com o objeto da perícia, não havendo desrespeito aos limites objetivos e subjetivos da lide, nem tampouco prejuízo indevido a terceiros sem correlação com os autos.

Quanto à absoluta imprescindibilidade da medida, conforme se extrai da Informação Técnica nº 064/2021-INC/DITEC/PF, sem os dados e informações solicitados é impossível a realização da análise técnica, o que tornaria inviável a elucidação dos fatos e a identificação dos autores da conduta ilícita, e, em última instância, levaria à frustração do *decisum* proferido pelo Plenário desta Corte Eleitoral em 30.6.2020.

Relativamente à impossibilidade de se produzir a prova por outros meios, mais do que evidente que, tratando-se de alegado ataque cibernético efetuado por pessoas que até o momento permanecem no anonimato, extremamente difícil ou até mesmo inviável desvendar-se os fatos e identificar-se os autores senão por meio de perícia de informática.

Por fim, encontra-se observada a limitação temporal, havendo indicação expressa e específica dos registros que se requer, bem como das suas respectivas datas e até mesmo das horas.

Atendidas encontram-se, portanto, todas as exigências legais e jurisprudenciais essenciais ao deferimento das providências elencadas pelo Instituto Nacional de Criminalística.

Registre-se que a ausência de inquérito policial não implica prejuízo ou nulidade, posto que o acolhimento das providências sugeridas e a decretação da quebra dos sigilos indicados pelo perito se faz com supedâneo no acórdão exarado pelo Plenário do TSE em 30.6.2020 (ID 58388338) e em virtude dele, com vistas a dar cumprimento àquilo que naquela ocasião deliberou a Corte.

Ademais, não se está a solicitar à Polícia Federal a abertura de investigação, mas simples e pontual realização de análise pericial com intuito de dar exequibilidade a decisão colegiada, o que reforça a desnecessidade da formalidade referida no parágrafo anterior.

Relativamente à necessidade de guarda e preservação da totalidade dos registros relativos ao perfil “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, justificada está pela possibilidade de os peritos necessitarem, ao longo dos seus trabalhos, de outras informações além das requeridas no presente momento.

3- Isso posto, defiro as diligências estritamente necessárias à realização da prova pericial objetivada nestas ações, nos exatos termos da Informação Técnica nº 064/2021-INC/DITEC/PF, que deverão ser cumpridas na forma seguinte:

a) Intimação da empresa *Facebook* do Brasil para que adote, **DE IMEDIATO**, as providências necessárias à preservação de **todos os registros, como fotos, vídeos e postagens, relativos ao perfil “Mulheres unidas contra Bolsonaro” até decisão final das ações**, bem como **providencie, no prazo de até 5 (cinco) dias**, o levantamento dos registros de acesso com IP/data/hora/fuso/IMEI/modelo de celular/Versão do Sistema Operacional/software de acesso/navegador, entre outras informações, dos administradores e visitantes do grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, sob o endereço

<https://www.facebook.com/groups/499414607198716>, realizados no período de 30.8.2018 e 16.9.2018, bem como todos os dados de *logs* do registro de alteração do nome do grupo para “Mulheres COM Bolsonaro #17”;

b) Intimação da *Twitter* para que **providencie, no prazo de até 5 (cinco) dias**, o registro do IP/data/hora/fuso/IMEI/modelo de celular/Versão do Sistema Operacional/software de acesso/navegador, dentre outros dados, utilizado para a seguinte postagem: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1041023242109108225/photo/1;3>;

c) Intimação da Microsoft do Brasil, proprietária do serviço de correio eletrônico *Hotmail*, para que providencie, **no prazo de até 5 (cinco) dias**, os registros de acesso ao e-mail *@hotmail.com em 16.9.2018, contendo IP/data/hora/fuso/IMEI/modelo de celular/Versão do Sistema Operacional/software de acesso/navegador*, dentre outros dados;

d) Intimação da **operadora OI** para que providencie, **no prazo de até 5 (cinco) dias**, os registros de ativação com dados cadastrais da linha () , pertencente a (CPF _____), em 14.9.2018, em aparelho diverso da proprietária; dados cadastrais da linha () , que foi adicionada à conta do Facebook de em 14.9.2018 às 14h47min (UTC-0300) por meio do IP 45.56.195.228 durante o ataque, conforme relatado na AIJE; e registros de ativação com dados cadastrais da linha telefônica () , pertencente a (CPF _____), em 15.9.2018, em aparelho diverso da proprietária; e

e) Intimação da **operadora VIVO**, para que providencie, **no prazo de até 5 (cinco) dias**, a identificação do usuário do IP 200.232.238.200, que teria redefinido senha do *Facebook* de em 16.9.2018, às 03h40min (UTC-0300), utilizando o e-mail *@hotmail.com, conforme relatado na AIJE*.

As empresas intimadas nas alíneas “a” a “e” deverão providenciar o encaminhamento de todo o material probatório arrecadado, respeitando-se o prazo estipulado de até 5 (cinco) dias, ao Serviço de Perícias em Informática da Polícia Federal (SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF), devendo esta Corte Eleitoral ser imediatamente comunicada, por parte da autoridade policial responsável, sobre o seu integral cumprimento ou eventual descumprimento, para as providências de estilo.

Cópias de toda a documentação deverão ser enviadas, no mesmo prazo de 5 (cinco) dias, também à Corregedoria-Geral Eleitoral, que as acautelará em secretaria.

Registro, por fim, que havendo necessidade de novos afastamentos de sigilos, desta feita para identificação de usuários reais de IPs arrolados pela perícia criminal federal, os autos deverão retornar a este Corregedor, o qual procederá à avaliação da necessidade e viabilidade do pleito mediante prévia e justificada provocação.

Comunique-se ao Departamento de Polícia Federal, que deverá concluir o trabalho em 30 dias.

Ciências às partes e ao MPE.

Publique-se.

Ministro **Luis Felipe Salomão**
Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral